



BRDE
BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO
DO EXTREMO SUL



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

1º SEMESTRE DE 2020



ATIVO	Nota	30/06/2020	31/12/2019	PASSIVO	Nota	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	473.422	587.866	Instrumentos financeiros	10.1	12.634.317	13.063.036
Instrumentos financeiros		15.921.821	16.000.946	Obrigações por repasses do país		12.364.919	12.925.987
Títulos e valores mobiliários	6	2.451.065	2.477.237	Obrigações por repasses do exterior		269.398	137.049
Operações de crédito	7	13.434.239	13.497.209	Outras obrigações		503.209	398.363
Devedores por compra de valores e bens	7	25.328	23.709	Fundos financeiros e de desenvolvimento		387.909	329.102
Avais e fianças honrados	7	11.189	2.791	Impostos e contribuições sobre o lucro		56.926	23.885
(-) Provisões por perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.2	(372.331)	(316.991)	Outros impostos e contribuições		20.430	8.725
Outros ativos		187.491	206.263	Outras obrigações		37.944	36.651
Rendas a receber		5.997	7.942	Provisões		149.563	160.816
Devedores por depósitos em garantia		92.281	104.450	Provisão para pagamentos a efetuar		25.755	22.952
Outros créditos	8	25.272	28.728	Provisão para garantias financeiras prestadas	11	19.603	23.810
Bens não destinados ao uso		72.370	71.840	Provisão para contingências	12	104.205	114.054
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de bens não destinados ao uso		(8.429)	(6.697)	Passivo atuarial	19	261.841	263.329
Créditos tributários	14.2	332.259	339.795	Obrigações fiscais diferidas	14.2	74.350	93.127
Investimentos		602	602	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		3.549	6.176
Imobilizado	9	38.398	38.680				
Imobilizado de uso		66.550	66.485	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	2.968.642	2.887.003
(-) Depreciação acumulada		(28.152)	(27.805)	Capital social		1.466.793	1.343.193
Intangível	9	13.809	14.689	Reservas de capital		1.655.918	1.696.433
Ativos intangíveis		36.253	35.083	Outros resultados abrangentes		(154.069)	(152.623)
(-) Amortização acumulada		(22.444)	(20.394)				
TOTAL DO ATIVO		16.595.471	16.871.850	TOTAL DO PASSIVO		16.595.471	16.871.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota	30/06/2020	30/06/2019
Receitas da intermediação financeira		692.617	654.642
Operações de crédito	7.8	636.676	545.800
Resultado com títulos e valores mobiliários		55.941	108.842
Despesas da intermediação financeira		(439.767)	(350.521)
Operações com empréstimos e repasses	10.2	(365.247)	(324.392)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(74.520)	(26.129)
Resultado da intermediação financeira		252.850	304.121
Outras receitas operacionais		33.273	41.609
Receitas de prestação de serviços	15	15.146	17.479
Outras receitas operacionais	16	18.127	24.130
Despesas operacionais		(129.565)	(132.614)
Despesa com pessoal	17	(83.610)	(79.570)
Outras despesas administrativas	18	(21.989)	(24.090)
Despesas tributárias	14.3	(15.670)	(16.239)
Outras despesas operacionais		(8.296)	(12.715)
Despesas com provisões		(6.477)	(21.014)
Trabalhistas		(4.097)	(18.773)
Cíveis e fiscais		(2.356)	(1.528)
Garantias financeiras prestadas		(24)	(713)
Resultado operacional		150.081	192.102
Resultado não operacional		(24)	4.020
Resultado antes dos tributos e participações		150.057	196.122
Impostos sobre o lucro	14.1	(60.990)	(78.657)
Corrente		(73.096)	(54.112)
Diferido		12.106	(24.545)
Participações no lucro		(5.982)	(7.883)
RESULTADO LÍQUIDO		83.085	109.582
Resultado líquido por ação (lote de 1000 ações)		0,06	0,08

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido	83.085	109.582
Itens que podem ser reclassificados para o resultado		
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(319)	189
Variação do valor de mercado	(580)	315
Efeito tributário	261	(126)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado		
Benefício pós-emprego	(1.126)	(568)
Variação do passivo atuarial	-	-
Efeito tributário	(1.126)	(568)
Total de outros resultados abrangentes	(1.445)	(379)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	81.640	109.203

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

1º semestre de 2020

Valores expressos em milhares de reais

	Capital social		Reservas de capital		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital	Fundo Regimental	Outros			
Saldos em 01/01/2019	1.174.413		1.586.540	709	(85.334)		2.676.328
Ajustes de títulos disponíveis para venda					189		189
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego					(568)		(568)
Aumento de capital	96.180		(96.180)				-
Lucro líquido do semestre						109.582	109.582
Constituição de reservas			109.582			(109.582)	-
Saldos em 30/06/2019	1.270.593	-	1.599.942	709	(85.713)	-	2.785.531
Saldos em 01/01/2020	1.270.593	72.600	1.695.724	709	(152.623)		2.887.003
Ajustes de títulos disponíveis para venda					(319)		(319)
Ajuste reavaliação benefícios pós emprego					(1.127)		(1.127)
Aumento de capital	196.200	(72600)	(123.600)				-
Lucro líquido do semestre						83.085	83.085
Constituição de reservas			83.085			(83.085)	-
Saldos em 30/06/2020	1.466.793	-	1.655.209	709	(154.069)	-	2.968.642

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2020	30/06/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre ajustado	158.928	168.468
Lucro líquido do semestre	83.085	109.582
Ajuste por:		
Depreciação e amortização	3.171	3.841
(Ganhos) / perdas de capital	-	(4)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	74.520	26.129
Provisão para garantias financeiras prestadas	(4.208)	(2.715)
Provisão para contingências	3.619	2.286
Provisão atuarial, líquido de reversões	2.418	2.711
Provisão para perdas esperadas de outros ativos	8.429	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.106)	26.638
Redução / (aumento) de ativos operacionais	(89.892)	327.719
Títulos e valores mobiliários	(135.779)	265.946
Operações de crédito	43.826	42.624
Outros instrumentos financeiros	(10.053)	(11.866)
Outros créditos	10.337	30.321
Créditos tributários	1.777	694
Aumento / (redução) de passivos operacionais	(343.358)	(524.537)
Obrigações por repasse e empréstimos	(428.719)	(176.523)
Outras obrigações	150.218	(341.784)
Provisões	(10.665)	91.595
Passivo atuarial e obrigações fiscais diferidas	(4.818)	(2.093)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(45.302)	(94.452)
Resultado de exercícios futuros	(2.626)	(901)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.446)	(379)
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades operacionais	(274.322)	(28.350)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
(Aumento)/Redução em TVM mantidos até o vencimento	161.888	(19.097)
Aplicação no intangível	(1.149)	(10.762)
Aquisição de imobilizado de uso	(866)	(559)
Alienação de investimentos	-	1.100
Alienação de imobilizado de uso	6	146
Caixa gerado / (utilizado) nas atividades de investimento	159.879	(29.172)
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	(114.443)	(57.522)
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalente de caixa no início do período	587.865	769.275
Saldo de caixa e equivalente de caixa no fim do período	473.422	711.753
Aumento / (redução) no caixa e equivalente de caixa	(114.443)	(57.522)

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

	30/06/2020	30/06/2019
Receitas	661.022	672.705
Intermediação financeira	692.617	653.267
Prestação de serviços	15.146	15.251
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(74.520)	(26.129)
Provisão para garantias financeiras prestadas	4.208	2.715
Outras	23.571	27.601
Despesas	366.550	324.392
Despesas de intermediação financeira	365.247	324.392
Outras	1.303	-
Insumos adquiridos de terceiros	41.192	51.858
Materias, energia e ouros	35.957	48.068
Serviços de terceiros	5.235	3.790
Valor adicionado bruto	253.280	296.455
Depreciação e amortização	3.171	3.841
Valor adicionado total a distribuir	250.109	292.614
Distribuição do valor adicionado	250.109	292.614
Pessoal	70.199	75.292
Remuneração direta	52.402	57.153
Benefícios	13.768	14.082
FGTS	4.029	4.057
Impostos, taxas e contribuições	90.071	107.057
Federais	88.992	106.002
Estaduais	41	37
Municipais	1.038	1.018
Remuneração de capitais de terceiros	772	683
Alugueis	772	683
Remuneração de capitais próprios	89.067	109.582
Participação no resultado	5.982	-
Lucros retidos no exercício	83.085	109.582

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul ("BRDE") é uma instituição financeira pública de capital fechado constituída sob a forma de convênio celebrado entre seus estados controladores: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Como instituição financeira propulsora do desenvolvimento regional, o BRDE tem como finalidade promover e liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social, através do planejamento e do apoio técnico e creditício de longo prazo, tendo como principais atividades:

- I. Empréstimos e financiamentos;
- II. Prestação de garantias;
- III. Investimentos;
- IV. Prestação de serviços;
- V. Convênios de qualquer natureza;
- VI. Outras modalidades compatíveis com a natureza da instituição e autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

Sujeita-se, por ter personalidade jurídica de direito privado, às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere às obrigações trabalhistas, tributárias, cíveis e comerciais definidas no ordenamento jurídico e como instituição financeira sujeita às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

O BRDE tem sua sede localizada na rua Uruguai, 155, Centro, Porto Alegre – RS, e possui 1 agência operacional em cada capital dos estados controladores: Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Aprovação e moeda funcional das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda funcional que é o Real (R\$) e as informações, exceto quando indicado de outra fora, em milhares de reais (R\$ mil).

Estas demonstrações financeiras, após apreciação do Comitê de Auditoria e da Diretoria, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 26 de agosto de 2020.

2.2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as regulamentações do BACEN e do CMN, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por ações, desde que não sejam conflitantes com a regulamentações emanadas pelos órgãos reguladores.

A apresentação das demonstrações está em conformidade como Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que foram recepcionados pelos órgãos reguladores.

O Balanço Patrimonial está apresentado por ordem de liquidez e de exigibilidade, para as contas do ativo e do passivo, respectivamente, conforme prerrogativa prevista no art. 5º da Circular BACEN nº 3.959/2019, sendo a segregação dos valores em curto e longo prazo apresentado na nota 4.

Com a adoção da prerrogativa mencionada no parágrafo anterior, o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração do fluxo de caixa publicados em 31.12.2019 foram reclassificadas.

Usando a faculdade permitida no § 2º do art. 23º da Circular BACEN nº 3.959/2019, o BRDE decidiu não divulgar a nota de benefício pós-emprego pois ela não sofreu alteração em relação ao que foi publicado na demonstração do exercício de 2019.

A seguir apresentamos tabela com as reclassificações efetuadas de nomenclatura e/ ou saldos.

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO				
De/ Para:	Conta	31/12/2019 Publicado	Valor Reclassificado	31/12/2019 Reapresentação
De:	Disponibilidades	28	(28)	-
De:	Aplicações no mercado aberto	587.838	(587.838)	-
Para:	Caixa e equivalentes de caixa	-	587.866	587.866
De:	Provisão para operações de crédito	(316.526)	316.526	-
De:	Provisão para outros créditos	(465)	465	-
Para:	Provisões por perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	(316.991)	(316.991)
De:	Diversos	496.634	(496.634)	-
Para:	Devedores por compra de bens e valores	-	23.709	23.709
	Devedores por depósitos em garantia	-	104.450	104.450
	Créditos tributários	-	339.795	339.795
	Outros créditos	-	28.680	28.680
De:	Outros valores e bens	71.888	(71.888)	-
Para:	Bens não destinados ao uso	-	71.840	71.840
	Outros créditos	-	48	48
De:	Provisão para desvalorização	(6.697)	6.697	-
Para:	Provisão por perdas de desvalorização	-	(6.697)	(6.697)
De:	Imóveis em uso	44.148	(44.148)	-
De:	Outras imobilizações de uso	22.337	(22.337)	-
Para:	Imobilizado de uso	-	66.485	66.485
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO				
De/ Para:	Conta	31/12/2019 Publicado	Valor Reclassificado	31/12/2019 Reapresentação
De:	Fiscais e previdenciárias	125.737	(125.737)	-
Para:	Impostos e contribuições sobre o lucro	-	23.885	23.885
	Outros impostos e contribuições	-	8.725	8.725
	Obrigações fiscais diferidas	-	93.127	93.127
De:	Diversas	451.731	(451.731)	-
De:	Sociais e estatutárias	9.065	(9.065)	-
Para:	Provisão para contingências	-	114.054	114.054
	Provisão para garantias financeiras prestadas	-	23.810	23.810
	Provisão para pagamentos a efetuar	-	22.952	22.952
	Outras obrigações	-	36.651	36.651
	Passivo atuarial	-	263.329	263.329
De:	Ajuste de avaliação patrimonial	(152.623)	152.623	-
Para:	Outros resultados abrangentes	-	(152.623)	(152.623)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

De/ Para:	Conta	30/06/2019 Publicado	Valor Reclassificado	30/06/2019 Reapresentação
De:	Outras despesas operacionais	(33.729)	21.014	(12.715)
Para:	Trabalhistas	-	(18.773)	(18.773)
	Cíveis e fiscais	-	(1.528)	(1.528)
	Garantias financeiras prestadas	-	(713)	(713)
De:	Despesas de pessoal	(87.453)	7.883	(79.570)
Para:	Participações no lucro	-	(7.883)	(7.883)
De:	Outras receitas operacionais	26.358	(2.228)	24.130
Para:	Receitas de prestação de serviços	15.251	2.228	17.479
De:	Provisão para imposto de renda	(31.874)	31.874	-
Para:	Corrente	-	(33.579)	(33.579)
	Diferido	-	1.705	1.705
De:	Provisão para contribuição social	(20.145)	20.145	-
Para:	Corrente	-	(20.533)	(20.533)
	Diferido	-	388	388
De:	Ativo fiscal diferido	(26.638)	26.638	-
Para:	Diferido	-	(26.638)	(26.638)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

De/ Para:	Conta	30/06/2019 Publicado	Valor Reclassificado	30/06/2019 Reapresentação
De:	(Aumento)/Redução em outros créditos	11.335	(11.335)	-
Para:	Outros instrumentos financeiros	-	(11.866)	(11.866)
	Outros ativos	-	22.507	22.507
	Créditos tributários	-	694	694
De:	(Aumento)/Redução em outros valores e bens	7.814	(7.814)	-
Para:	Outros ativos	-	7.814	7.814
De:	Aumento/(Redução) em outras obrigações	(252.282)	252.282	-
Para:	Outras obrigações	-	(341.784)	(341.784)
	Provisões	-	91.595	91.595
	Passivo atuarial e obrigações fiscais diferidas	-	(2.093)	(2.093)

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Apuração do resultado

É apurado pelo regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério de *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos das disponibilidades (saldo das contas correntes no Brasil e no exterior) e títulos, entre todos que compõem a carteira de fundo de investimentos, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias da aquisição e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

3.3 Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN n.º 3.068/2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da Administração, em três categorias, a saber:

- títulos para negociação - avaliados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre;
- títulos disponíveis para a venda - atualizados com base nas condições intrínsecas em contrapartida ao resultado do semestre, e ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido; e
- títulos mantidos até o vencimento - atualizados com base nas condições intrínsecas, em contrapartida ao resultado do semestre.

3.4 Operações de crédito, outros créditos com características de operações de crédito

Estão demonstradas ao valor de realização acrescidos, quando aplicáveis, e em base "*pro rata*" dia, dos rendimentos auferidos no semestre, com base na variação do indexador e da taxa de juros contratada e deduzidas do valor de rendas a apropriar.

A atualização das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Quando contratadas, e de acordo com parâmetros definidos pelo BRDE, as operações de crédito são classificadas em nível de risco, que varia de "AA" (menor risco) a "H" (maior risco). Este risco pode mudar por reavaliações periódicas ou conforme o atraso, obedecendo rigorosamente o estabelecido na Resolução CMN n.º 2.682/1999.

As operações em atraso classificadas no pior nível ("H"), permanecem nesse nível por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas, que não tenham sido transferidas para compensação, são classificadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam na data da renegociação, enquanto que, as que já estavam em compensação são classificadas em "H". Todavia, em ambos os casos, admite-se a classificação para níveis melhores sempre que houver uma amortização significativa ou ocorrência de fato relevante que justifique a melhora.

3.5 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, efetuada com base nos percentuais mínimos estabelecidos nas normas do BACEN, e complementada por provisões adicionais em relação ao mínimo exigido pela regulamentação, é fundamentada na análise de cada operação e

leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos das carteiras.

3.6 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

O BRDE revisa periodicamente se há alguma indicação de perda no valor recuperável dos ativos (impairment) e, quando identificadas, são reconhecidas no resultado do período.

3.7 Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais que levam em consideração a vida útil dos bens:

	<u>Taxas</u>
Imóveis	4% a.a.
Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação e Segurança	10% a.a.
Sistemas de processamento de dados e Veículos	20% a.a.

3.8 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos softwares, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso. A entidade avalia, ao fim de cada período de reporte, se houve alguma indicação de que um ativo intangível tenha sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o valor recuperável do ativo.

3.9 Obrigações por repasses

São demonstradas pelos valores das exigibilidades considerando os encargos e varrições monetárias ou cambiais até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia.

3.10 Impostos e contribuições

A relação dos impostos e contribuições sobre o lucro e sobre o resultado ao qual o BRDE está sujeito a calcular e recolher estão discriminados na nota explicativa 14 bem como as respectivas alíquotas vigentes na data de encerramento deste semestre.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social, apurados nas alíquotas a serem praticadas a partir de 2020, são constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. De acordo com o disposto na Circular BACEN n.º 3.171/02, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações da instituição, demonstrado na nota 14.1, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração.

3.11 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/09 e Carta Circular BACEN n.º 3.429/10.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.

Passivos contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-empregados e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das mesmas possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseados em suporte documental ou contábil, ou histórico de fatos assemelhados, apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias: decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras.

3.12 Provisões atuariais

O Banco é patrocinador da Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE, cuja principal finalidade é a de manter planos de aposentadorias e pensões (nota 19). O regime atuarial de apuração do custo e contribuições dos planos é o de capitalização, avaliado anualmente por atuário independente.

Os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos de um determinado período correspondem a aumentos ou reduções no valor presente da obrigação de benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e dos ajustes pela experiência.

Os benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração do resultado da seguinte forma:

- Custo do serviço corrente: aumento do compromisso do plano (obrigações atuariais) resultante do serviço prestado pelo empregado no período, ou seja, em função da "aquisição" do direito pelo tempo da prestação do serviço por mais um período.
- Custo de juros sobre a obrigação atuarial: definido como o aumento, durante o período, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo.
- Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido: compreendem ganhos e perdas atuariais, retorno sobre os ativos do plano excluindo valores considerados nos juros líquidos do benefício definido e qualquer mudança no efeito do teto de ativo excluindo os valores considerados nos juros líquidos de benefício definido.

3.13 Demais ativos e passivos

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo, quando for aplicável: (i) os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados *pro rata die* e (ii) os efeitos dos ajustes para reduzir o custo de ativos ou seu valor de mercado ou de realização.

4. SEGREGAÇÃO CURTO E LONGO PRAZO

Em atendimento ao parágrafo único do art. 5º da Circular BACEN 3.959/2019, apresentamos, para os itens patrimoniais, a segregação em curto e longo prazo.

Item patrimonial - ATIVO	30/06/2020		31/12/2019	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Caixa de equivalente de caixa	473.422	-	587.866	-
Títulos e valores mobiliários	1.892.932	558.133	1.821.598	655.639
Operações de crédito	2.392.250	11.041.989	2.677.950	10.819.259
Devedores por compra de valores e bens	3.732	21.596	3.288	20.421
Avais e fianças honrados	8.760	2.429	2.791	-
(-) Provisão perdas esperadas assoc. risco de crédito	(62.674)	(309.657)	(62.898)	(254.093)
Rendas a receber	1.410	4.587	7.664	278
Devedores por depósitos em garantia	-	92.281	-	104.450
Outros créditos	15.661	9.611	18.605	10.123
Bens não destinados ao uso	72.370	-	71.840	-
(-) Provisão para redução ao valor recuperável de bens não destinados ao uso	(8.429)	-	(6.697)	-
Créditos tributários	102.711	229.548	87.179	252.616
Investimentos	-	602	-	602
Imobilizado	-	38.398	-	38.680
Intangível	-	13.809	-	14.689

Item patrimonial - PASSIVO	30/06/2020		31/12/2019	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Repasses do país	2.436.331	9.928.588	2.762.529	10.163.458
Repasses do exterior	8.681	260.717	51	136.998
Fundos financeiros e de desenvolvimento	387.909	-	329.102	-
Impostos e contribuições sobre o lucro	56.926	-	23.885	-
Outros impostos e contribuições	20.430	-	8.725	-
Outras obrigações	26.732	11.212	30.844	5.807
Provisão para contingências	-	104.205	-	114.054
Provisão para garantias financeiras prestadas	-	19.603	-	23.810
Provisão para pagamentos a efetuar	25.755	-	22.952	-
Passivo atuarial	25.875	48.475	29.922	63.205
Obrigações fiscais diferidas	-	261.841	-	263.329

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades	532	28
Cotas de fundos de investimentos	472.890	587.838
Total	473.422	587.866

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários apresentam a seguinte composição:

	30/06/2020	31/12/2019
Cotas de fundos de investimento – fundo exclusivo BB (a)	1.951.313	1.909.768
Cotas de fundos de investimento – fundo CEF	269.847	265.367
Cotas de fundos de investimento – outros fundos	971	493
Cotas de fundos de investimento – recursos do FSA	221.506	293.862
Cotas de fundos em participações (b)	6.164	5.903
Ações de companhias abertas (c)	1.264	1.844
Total	2.451.065	2.477.237

a) Fundo exclusivo de títulos com perfil de renda fixa, administrado pela BB Administração de Ativos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com base em parâmetros estabelecidos pelo BRDE, onde a meta é obter uma rentabilidade superior a 101% da taxa DI para 86% da carteira e superior a IPCA + 5% para os 14% restantes. Deste montante, R\$ 7.837 (2019 – R\$ 10.882) está caucionado a processos judiciais. Avaliados a valor de mercado, a composição do fundo é a seguinte:

	30/06/2020	31/12/2019
Letras financeiras do tesouro nacional	1.164.580	961.731
Notas do tesouro nacional-B	417.613	413.478
Letras financeiras de ligadas	-	112.833
Letras financeiras de não ligadas	347.983	401.205
Outros títulos	14.212	10.482
Total do fundo de investimento disponível	1.944.388	1.899.729
Cotas oferecidas em garantia	6.925	10.039
Total do fundo	1.951.313	1.909.768

b) Representam cotas de fundos em participações ou garantidores, que são administrados por instituições privadas, sendo suas cotas atualizadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data do balanço, apresentado em 30 de junho a seguinte situação:

	Capital (Cotas)		Saldo Contábil
	Subscrito	Integralizado	Atualizado
Fundo Garantidor de Investimentos – FGI	1.150	1.150	1.960
Fundo Criatec III	12.000	5.058	3.713
FIP Anjo Capital Semente	15.000	750	491

c) Os efeitos decorrentes da avaliação da carteira de ações, adquirida ao custo de R\$ 6.068, foram levados à conta específica do patrimônio líquido, deduzidos os efeitos tributários. A desvalorização de R\$ (4.804) (2019 – R\$ (4.872)) entre o valor de custo e o de mercado foi registrada no patrimônio líquido no montante de R\$ (2.642) (2019 – R\$ (2.923)), após o registro de R\$ (2.162) (2019 – R\$ (1.949)) em “créditos tributários diferidos”, conforme demonstrado na nota 14.2.

A composição dos títulos e valores mobiliários, classificados de acordo com a intenção de negociação, a critério da administração, é a seguinte:

Em 30/06/2020	Para negociação	Disponíveis para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Cotas de fundos de investimentos	-	492.324	6.164	498.488
Letras financeira do tesouro	1.164.580	-	-	1.164.580
Notas do tesouro nacional-B	-	-	417.613	417.613
Letra do tesouro nacional	21.137	-	-	21.137
Letras financeiras instituições privadas	-	-	347.983	347.983
Ações de companhias abertas	-	1.264	-	1.264
Total	1.185.717	493.588	771.760	2.451.065
Em 31/12/2019	Para negociação	Disponíveis para venda	Mantidos até o vencimento	Total
Cotas de fundos de investimentos	-	559.680	5.902	565.582
Letras financeira do tesouro	961.731	-	-	961.731
Notas do tesouro nacional-B	-	-	413.478	413.478
Letras do tesouro nacional	20.564	-	-	20.564
Letras financeiras instituições privadas	-	-	514.038	514.038
Ações de companhias abertas	-	1.844	-	1.844
Total	982.295	561.524	933.418	2.477.237

Os títulos públicos federais classificados para negociação são mensurados pelo custo de aquisição e ajustados diariamente ao valor de mercado com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA. Os contratos futuros – “derivativos” são precificados pela B3 – Brasil, Bolsa e Balcão diariamente.

Os títulos classificados como disponíveis para venda são mensurados pelo custo de aquisição, atualizados com base nas condições intrínsecas do papel e ajustados diariamente ao valor de mercado, sendo as cotas de fundo de investimento disponibilizadas pelo gestor do fundo e as ações pela cotação B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em base “*pro-rata die*”, de acordo com as correspondentes taxas de juros efetivas.

Em 31 de dezembro o Banco possui ativos restritos no montante de R\$ 6.925 (31/12/2019 - R\$ 6.805) dados como garantia dessas operações.

O valor de custo das cotas de Fundo de Investimento está ajustado pelo seu valor patrimonial na data do balanço, que corresponde ao seu valor de mercado.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1 Composição por tipo de operação e nível de risco

Tipo de Operação	Nível de risco									2020		2019	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Empréstimos	51.571	74.126	31.607	14.426	1.471	1.586	-	695	5.842	181.324	1,3%	201.865	1,5%
Financiamentos	1.457.184	2.143.469	658.667	208.797	211.863	29.166	18.970	41.391	148.177	4.917.684	36,5%	4.666.970	34,5%
Financiamentos agroindustriais	308.995	323.516	17.580	16.030	19.355	248	859	520	1.155	688.258	5,1%	569.455	4,2%
Financiamentos rurais	4.575.515	2.662.973	203.548	108.399	19.999	14.431	4.510	15.752	41.846	7.646.973	56,8%	8.058.919	59,6%
Total operações de crédito	6.393.265	5.204.084	911.402	347.652	252.688	45.431	24.339	58.358	197.020	13.434.239	99,7%	13.497.209	99,8%
Outros créditos	23.483	1.762	-	-	8.426	2.846	-	-	-	36.517	0,3%	26.500	0,2%
Total da carteira de crédito	6.416.748	5.205.846	911.402	347.652	261.114	48.277	24.339	58.358	197.020	13.470.756	100%	13.523.709	100%
% da carteira	47,6%	38,6%	6,8%	2,6%	1,9%	0,4%	0,2%	0,4%	1,5%	100%		100%	

7.2 Composição da provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	2020	2019
Provisão regulamentar	-	26.020	9.114	10.430	25.269	13.629	12.169	40.851	197.020	334.502	284.974
Provisão adicional	-	-	-	-	12.634	4.543	3.651	14.590	-	35.418	31.552
Provisão das operações crédito	-	26.020	9.114	10.430	37.903	18.172	15.820	55.441	197.020	369.920	316.526
Provisão outros créditos - característica de concessão de crédito	-	9	-	-	1.264	1.138	-	-	-	2.411	465
Provisão esperada por perdas associadas ao risco de crédito	-	26.029	9.114	10.430	39.167	19.310	15.820	55.441	197.020	372.331	316.991

A provisão adicional corresponde ao valor excedente ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº. 2.682/99 e foi constituída dentro de critérios prudenciais estabelecidos pela Administração, em conformidade com a boa prática bancária, no sentido de permitir a absorção de perdas oriundas de circunstanciais aumentos de inadimplência por eventual reversão/mudança do ciclo econômico de setores em que o BRDE opera. O aumento de 17,45% em relação ao período anterior reflete o agravamento de cenário econômico em função da pandemia causada pela COVID-19.

7.3 Composição da carteira de créditos por faixa de vencimento das operações

Operações em curso normal – sem atraso											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2020	31/12/2019
Parcelas vincendas	6.371.614	5.160.047	873.113	313.955	207.024	13.812	18.797	48.850	156.703	13.163.915	13.322.996
01 a 30 dias	324.122	111.058	15.225	8.719	2.597	223	1.005	399	1.838	465.186	374.989
31 a 60 dias	58.111	36.030	4.849	3.792	1.274	164	249	122	687	105.278	137.114
61 a 90 dias	59.524	40.486	5.057	3.491	1.317	196	336	241	12.062	122.710	135.722
91 a 180 dias	287.814	204.324	25.704	17.862	9.194	1.010	1.489	1.070	7.142	555.609	799.338
181 a 365 dias	521.382	401.770	56.991	30.971	13.990	1.710	2.092	2.006	7.645	1.038.557	1.167.790
acima de 365 dias	5.120.661	4.366.379	765.287	249.120	178.652	10.509	13.626	45.012	127.329	10.876.575	10.708.043
Operações em curso anormal – com atraso											
Parcelas vincendas	41.317	40.988	31.622	28.078	40.475	28.568	4.361	7.638	31.261	254.308	171.288
01 a 30 dias	555	644	119	233	890	421	89	160	546	3.657	2.775
31 a 60 dias	652	641	118	185	1.263	389	81	49	460	3.838	2.440
61 a 90 dias	621	622	118	211	754	425	138	49	520	3.458	2.422
91 a 180 dias	2.093	1.982	1.105	2.410	2.706	1.849	389	211	1.897	14.642	10.361
181 a 365 dias	5.559	6.636	6.240	5.744	6.179	3.570	746	753	4.171	39.598	22.125
acima de 365 dias	31.837	30.463	23.922	19.295	28.683	21.914	2.918	6.416	23.667	189.115	131.165
Parcelas vencidas	3.817	4.811	6.667	5.619	13.615	5.897	1.181	1.870	9.056	52.533	29.425
01 a 30 dias	2.847	3.541	3.541	1.247	9.570	1.089	418	165	3.233	25.651	7.159
31 a 60 dias	164	835	3.126	3.607	1.758	398	79	67	766	10.800	4.982
61 a 90 dias	791	394	-	705	2.134	449	81	579	919	6.052	4.186
91 a 180 dias	15	41	-	60	153	2.582	271	878	1.607	5.607	9.675
181 a 365 dias	-	-	-	-	-	1.379	332	181	2.207	4.099	2.951
acima de 365 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	324	324	472
Total da carteira - 2020	6.416.748	5.205.846	911.402	347.652	261.114	48.277	24.339	58.358	197.020	13.470.756	
Total da carteira – 2019	6.813.099	5.061.984	826.244	307.676	251.796	24.963	25.686	50.453	161.808		13.523.709

7.4 Concentração da carteira de crédito

	30/06/2020	%	31/12/2019	%
Maior cliente	230.419	1,71%	240.129	1,78%
10 seguintes maiores clientes	1.657.277	12,30%	1.700.831	12,58%
20 seguintes maiores clientes	1.637.754	12,16%	1.767.818	13,07%
50 seguintes maiores clientes	1.782.173	13,23%	1.747.225	12,92%
100 seguintes maiores clientes	1.802.298	13,38%	1.744.670	12,90%
Demais clientes	6.360.835	47,23%	6.323.036	46,76%
Total da carteira	13.470.756		13.523.709	

7.5 Distribuição da carteira de crédito por setor de atividade

	30/06/2020	%	31/12/2019	%
Setor Público	445.584	3,3%	352.797	2,6%
Administração pública	316.419	2,3%	225.981	1,7%
Indústria	129.165	1,0%	126.816	0,9%
Setor Privado	13.025.172	96,7%	13.170.912	97,4%
Agropecuária	3.855.724	28,6%	4.142.598	30,7%
Indústria	3.111.249	23,1%	3.292.404	24,4%
Infraestrutura	2.830.968	21,0%	2.685.582	19,9%
Comércio	2.300.988	17,1%	2.188.795	16,2%
Serviços	926.243	6,9%	861.533	6,2%
Total da carteira	13.470.756		13.523.709	

7.6 Movimentação da provisão por perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo inicial do semestre	316.991	432.361
Constituição de provisão por alteração do nível de risco	51.089	73.637
Constituição de provisão por recuperação de crédito	33.572	46.393
Reversão de provisão por alteração do nível de risco	(10.142)	(62.757)
Movimentação da provisão com efeito no resultado	391.510	489.634
Transferência para compensação	(19.179)	(172.643)
Saldo final do semestre	372.331	316.991

7.7 Renegociação e recuperação de créditos

	30/06/2020	30/06/2019
Montante renegociado no semestre	52.212	135.422
Montante recuperado:	51.521	36.578
- Por renegociação	33.572	22.719
- Por recebimento	17.949	13.859

7.8 Receita de operações de crédito

	30/06/2020	30/06/2019
Empréstimos	9.878	22.133
Financiamentos	270.921	218.984
Financiamento rurais	252.187	251.342
Financiamentos agroindustriais	51.696	16.763
Recuperação créditos baixados como prejuízo	51.521	36.578
Outros	473	-
Total	636.676	545.800

8. OUTROS CRÉDITOS

	30/06/2020	31/12/2019
Adiantamentos e antecipações salariais	3.084	709
Pagamentos a ressarcir	3.240	5.342
Pendências a regularizar	3.490	6.074
Superávit de plano de benefício pós-emprego	13.529	15.791
Outros	1.929	812
Total	25.272	28.728

9. IMOBILIZADO e INTANGÍVEL

	30/06/2020		31/12/2019	
IMOBILIZADO	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imóveis	44.148	(9.601)	34.547	34.899
Instalações	2.335	(2.120)	215	301
Móveis e equipamentos	17.519	(14.793)	2.726	1.535
Veículos	2.535	(1.630)	905	412
Outros imobilizados em uso	13	(8)	5	1.533
Total – imobilizado	66.550	(28.152)	38.398	38.680
INTANGÍVEL	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Sistema de processamento de dados	36.236	(22.444)	13.792	14.689
Instalações	17	-	17	-
Total – intangível	36.253	(22.444)	13.809	14.689
Total – 30/06/2020	102.803	(50.596)	52.207	
Total – 31/12/2019	101.568	(48.199)		53.369

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

10.1 Obrigações por repasses

Correspondem a recursos originários de programas oficiais, os quais são repassados a mutuários finais. Essas obrigações têm vencimentos até o ano 2044, estando sujeitas, na sua maior parte, a

encargos financeiros prefixados, sendo repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas, acrescidos de "del credere".

	30/06/2020			31/12/2019	
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Repasses do país	2.436.335	6.369.924	3.558.660	12.364.919	12.925.987
BNDES	1.883.778	5.019.494	3.092.009	9.995.281	10.516.321
FINAME	438.642	895.101	186.991	1.520.734	1.669.215
FINEP	54.278	223.339	55.721	333.338	310.477
BB	33.109	102.312	36.022	171.443	185.357
CEF	14.447	91.192	148.385	254.024	171.106
FUNGETUR	8.399	36.931	39.458	84.788	66.528
Outros	3.682	1.555	74	5.311	6.983
Repasses do exterior	8.676	106.963	153.759	269.398	137.049
AFD	8.676	106.963	153.759	269.398	137.049
Total – 30/06/2020	2.445.011	6.476.887	3.712.419	12.634.317	
Total – 31/12/2019	2.762.580	6.625.726	3.674.730		13.063.036

10.2 Despesa com repasses

	30/06/2020	30/06/2019
Despesa com repasses do BNDES	265.921	268.041
Despesa com repasses da FINAME	23.960	25.803
Despesa com repasses da FINEP	4.431	5.404
Despesa com repasses do BB	4.404	3.904
Despesa com repasses da CEF	6.643	2.563
Despesa com repasses de outras instituições do país	1.546	17.846
Despesa com repasses do exterior	58.342	831
Total	365.247	324.392

11. PROVISÃO PARA GARANTIAS FINANCEIRAS PRESTADAS

A provisão para as operações de garantias financeiras prestadas pelo BRDE é calculada de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, onde o percentual da provisão é definido pelo nível de risco atribuído à operação, resultado de aplicação de metodologias desenvolvidas pela instituição que consideram as características dos clientes, das operações e as garantias oferecidas.

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valores Garantidos	Provisão	Valores Garantidos	Provisão
Com garantia real	87.236	(19.031)	101.347	23.188
Por sub-rogação de direitos	3.811	(572)	4.147	622
Total	91.047	19.603	105.494	23.810

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O montante dos riscos para os quais o BRDE constitui provisão está assim composto:

	31/12/2019	Constituição	Atualização	Baixa por:		30/06/2020
				Reversão	Pagamento	
Previdenciárias	14.541	-	54	-	-	14.595
Trabalhistas	32.055	2.980	1.106	(2.362)	(1.893)	31.886
Cíveis	67.458	1.340	501	-	(11.575)	57.724
Total	114.054	4.320	1.661	(2.362)	(13.468)	104.205

A provisão de natureza previdenciária refere-se a contribuições sobre verbas pagas por ocasião do Acordo Trabalhista de 1992, entendidas pela Justiça Trabalhista como de caráter indenizatório, já depositados em juízo.

De acordo com a nota 3.11 o montante de provisão trabalhista refere-se a ações classificadas como perda provável. Adicionalmente, existem ações consideradas como de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco no montante de R\$ 95.506 (31/12/2019 - R\$ 93.524), que correspondem em grande parte a lides coletivas de equiparação entre os Planos de Cargos e Salários do BRDE.

As provisões cíveis são referentes aos seguintes fatos:

- R\$ 50.669 referem-se a honorários de sucumbência;
- R\$ 4.029 referem-se a processo movido por mutuário pleiteando indenização; e
- R\$ 3.026 referem-se a embargos interpostos por mutuário contra execução de inadimplência.

Do total da provisão dos processos cíveis, está depositado judicialmente o montante de R\$ 57.294. Adicionalmente há outras ações cíveis classificadas como perda possível que montam R\$ 2.107.

Durante o exercício de 2017, o BRDE foi atuado pela RFB por excluir da base de cálculo do IRPJ e CSLL as variações monetárias ativas decorrentes de depósitos judiciais de natureza cível. O processo encontra-se em fase administrativa e de acordo com nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é possível e seu valor, em 30 de junho de 2020, é de R\$ 24.610 (31/12/2019 - R\$ 24.253).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado, está dividido em parcelas iguais entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Estas parcelas são integralizadas mediante incorporação de eventuais contribuições financeiras e dos resultados gerados em cada estado participante, que são apurados e controlados separadamente.

b. Aumento de capital

Houveram, após aprovação do Banco Central em 09/03/2020 e 25/06/2020, 2 aumentos de capital nos valores de R\$ 72.600 e R\$ 123.600, referente ao lucro apurado no 1º e 2º semestres de 2019, respectivamente.

c. Reserva de capital

A reserva de capital é composta por um fundo regimental criado em decorrência da publicação da Resolução CMN nº 3.605/08. O fundo tem por finalidade receber os lucros que futuramente irão incorporar ao capital social.

14. IMPOSTOS

Os tributos são calculados pelas alíquotas a seguir informadas considerando, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente para cada encargo.

Tributo	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda	10,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – de 01/2019 a 02/2020	15,00%
Contribuição social sobre o lucro líquido – a partir de 03/2020 ⁽¹⁾	20,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) a majoração é decorrente de promulgação da Emenda Constitucional n.º 103, de 12/11/2019

14.1 Despesas com impostos e contribuições

Demonstração do cálculo de IRPJ e CSLL no período:

	30/06/2020		30/06/2019	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado do semestre, antes da tributação	150.057	150.057	196.122	196.122
Adições e exclusões				
Provisão para passivos contingentes	(9.849)	(9.849)	1.668	1.668
Provisão para garantias financeiras prestadas	(4.208)	(4.208)	(2.715)	(2.715)
Provisão para operações de crédito	53.394	53.394	(57.625)	(57.625)
Créditos baixados como prejuízo	(61.593)	(61.593)	53.999	53.999
Provisão para outros créditos	1.946	1.946	(55.156)	(55.156)
Provisão para assistência médica	(1.488)	(1.488)	2.712	2.712
Atualização de depósitos judiciais	6.285	6.285	(1.850)	(1.850)
Renegociações tributadas por caixa	866	866	(2.439)	(2.439)
Recuperações judiciais – deferimento	32.820	32.820	2.761	2.761
Outros, líquidos	2.509	2.228	(421)	(592)
Base de cálculo	170.739	170.458	137.056	136.885
Imposto calculado	(25.611)	(25.569)	(20.558)	(20.533)
Adicional de imposto	(17.062)	(5.493)	(13.694)	-
Incentivos fiscais	639	-	673	-
Total provisão do imposto	(42.034)	(31.062)	(33.579)	(20533)
Crédito tributário (líquido de reversões)	5.873	6.233	(14.944)	(9.601)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(36.161)	(24.829)	(48.523)	(30.134)

14.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Movimentação dos créditos e débitos tributários diferidos

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2019	Constituição	Reversão	30/06/2020
Reflexo no resultado	302.961	45.287	(51.958)	296.290
Créditos baixados para prejuízo - temporariamente indedutíveis	96.582	6.882	(36.028)	67.436
Provisão para perdas com operações de crédito	128.473	27.601	(2.737)	153.337
Provisão para garantias financeiras prestadas	10.622	1.172	(2.973)	8.821
Provisão para contingências	51.324	2.041	(6.473)	46.892
Provisão para perdas com outros créditos	204	881	-	1.085
Provisão para desvalorização de outros bens e valores	2.935	3.931	(3.073)	3.793
Provisão para participação nos lucros e resultados	-	2.692	-	2.692
Provisão para assistência média e PB II inativos - corrente	12.156	-	(669)	11.487
Licença prêmio em aquisição	359	87	(5)	441
Insuficiência de depreciação	306	-	-	306
Reflexo no patrimônio líquido	36.834	261	(1.126)	35.969
Provisão para assistência média e PB II inativos - abrangente	32.803	-	(1.126)	31.676
Ajuste ao valor de mercado de TVM	1.901	261	-	2.162
Passivo atuarial PB II - abrangente	2.130	-	-	2.130
Total geral – créditos tributários	339.795	45.548	(53.084)	332.259
DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	31/12/2019	Constituição	Reversão	30/06/2020
Renegociações REFIS/RECOOP	1.853	-	-	1.853
Atualização depósitos judiciais	27.273	530	(3.359)	24.444
Renegociações tributadas por caixa	35.284	3.474	(3.754)	35.004
Recuperação judicial – deferimento	21.655	3.842	(18.536)	6.961
Ativo atuarial – PB I	7.062	-	(974)	6.088
Total geral – débitos tributários	93.127	7.846	(26.623)	74.350

b) Créditos tributários diferidos não reconhecidos

Os créditos e as obrigações foram classificados conforme previsão de realização, sendo que aqueles créditos tributários cuja expectativa de realização está prevista para um período superior a 10 anos, não reconhecidos no balanço de 30 de junho, totalizam R\$ 88.704 (31/12/2019 – R\$ 85.481).

c) Expectativa de realização dos créditos e débitos tributários

Ano de realização	Créditos tributários		Débitos tributários	
	Valor	%	Valor	%
2020	43.555	10,3%	8.471	11,4%
2021	118.311	28,1%	34.808	46,7%
2022	54.087	12,8%	10.235	13,8%
2023	30.292	7,2%	4.746	6,4%
2024	20.364	4,8%	2.580	3,5%
2025 a 2029	65.650	15,6%	10.820	14,6%
após 2029	88.704	21,2%	2.690	3,6%
Total	420.963		74.350	

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, calculados considerando-se a taxa de captação praticada pelo BRDE, totaliza R\$ 281.145 (31/12/2019 - R\$ 284.147) e o valor presente das obrigações tributárias contabilizadas é de R\$ 63.144 (31/12/2019 - R\$ 82.334).

14.3 Despesas tributárias

Tributo	30/06/2020	30/06/2019
PIS	1.973	2.071
COFINS	12.144	12.746
ISS	708	864
Outros	845	558
Total	15.670	16.239

15. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2020	30/06/2019
Tarifa de análise	3.830	4.128
Tarifa de fiscalização e acompanhamento	4.582	5.250
Tarifa de cadastro	1.531	809
Tarifa de alteração ou estruturação garantias	262	169
Tarifa elaboração de parecer, laudo ou estudo técnico	83	707
Tarifa de prestação de garantias financeiras	2.485	3.909
Remuneração administração do FSA	1.587	2.228
Outras tarifas	786	279
Total	15.146	17.479

16. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/06/2020	30/06/2019
Reversão da provisão sobre garantias prestadas	4.232	3.428
Reversão da provisão de processos trabalhistas	2.362	18.015
Reversão da provisão de outros processos	599	-
Atualização de depósitos judiciais	1.246	1.850
Outras ⁽¹⁾	9.688	837
Total	18.127	24.130

(1) Do total de R\$ 9.688 destacamos que:

- R\$ 2.403 são decorrentes da ação ordinária contra a UNIÃO – FAZENDA NACIONAL, em que o BRDE requereu a revisão da apuração do FAP (Fator Acidentário Previdenciário), transitada em julgado, com direito à compensação de valores recolhidos a maior;

- R\$ 4.137 são decorrentes da venda de parte da carteira do BRDE que estava baixada em prejuízo.

17. DESPESAS COM PESSOAL

	30/06/2020	30/06/2019
Remuneração	48.803	46.295
Encargos sociais	24.123	22.726
Benefícios	7.019	7.417
Honorários	2.292	1.903
Outras despesas	1.373	1.229
Total	83.610	79.570

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2020	30/06/2019
Aluguel, condomínio, água e luz	1.780	1.835
Comunicações	808	745
Manutenção e conservação de bens	1.860	1.816
Processamento de dados	2.548	2.463
Promoções e relações públicas	559	560
Publicidade e propaganda	812	826
Serviços do sistema financeiro	1.020	829
Serviços de terceiros	1.202	1.206
Serviços técnicos especializados	1.528	1.488
Vigilância e segurança	554	538
Transportes	366	833
Viagem	561	1.436
Emolumentos judiciais e cartorários	482	1.128
Depreciação e amortização	3.171	3.841
Despesas estatutárias	2.493	2.477
Taxa de administração do fundo	1.074	1.126
Outras despesas administrativas	1.171	943
Total	21.989	24.090

19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Essa nota não sofreu alteração em relação a nota publicada em 31.12.2019, por isso ela não será publicada.

20. PARTES RELACIONADAS

a) Fundação BRDE de Previdência Complementar – ISBRE

No segundo semestre de 2005, o BRDE adquiriu o imóvel onde se encontra instalada sua agência de Curitiba, no valor de R\$ 8.720, sendo R\$ 8.000 financiados para pagamento em 25 anos com encargos de INPC mais juros de 6% a.a.. O financiamento foi quitado em 20/12/2019.

O BRDE aluga salas de propriedade da Fundação ISBRE para uso das suas atividades operacionais. As despesas com o referido aluguel estão registradas em outras despesas administrativas.

A Fundação reembolsa todas as despesas com remuneração e encargos que o BRDE tem com os funcionários cedidos que desempenham funções de diretoria no ISBRE.

O Banco paga à Fundação contribuições mensais na função de patrocinador dos planos de benefício e registra no resultado em despesas com pessoal.

	Direitos / Obrigações		Receitas / (Despesas)	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
Compra imóvel Curitiba	-	-	-	(581)
Locação de salas	(61)	-	(356)	(332)
Ressarcimento de salários	-	-	244	117
Contribuição patronal	-	-	(6.666)	(6.512)
Total	(61)	-	(6.778)	(7.308)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São partes relacionadas as pessoas físicas integrantes do Conselho de Administração, Conselho de Auditoria e da Diretoria, assim considerados como pessoal-chave da Administração, que receberam nos semestres findos os seguintes valores constituídos de remuneração, encargos e benefícios:

	30/06/2020	30/06/2019
Benefícios de curto prazo	2.523	2.689
Diretoria	2.186	2.407
Conselho de Administração	200	227
Comitê de Auditoria	137	55
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	300	128
Total	2.823	2.817

21. GERENCIAMENTO DE RISCO, GESTÃO DE CAPITAL E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O gerenciamento de riscos do BRDE é desenvolvido em conformidade com as provisões da Resolução 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional aplicáveis às instituições financeiras enquadradas no segmento S3 e com normativos internos, e é baseado em objetivos e políticas estabelecidos pelo Conselho de Administração conforme consolidado na Declaração de Apetite a Riscos do BRDE.

Para alcançar seus objetivos estratégicos, o BRDE assume riscos de diferentes tipos e naturezas inerentes à prática bancária, e para isso define os níveis aceitáveis de riscos que está disposto a incorrer e mantém controles para sua identificação, mensuração, mitigação, acompanhamento e reporte, além de gerencia-los por meio de processos específicos que enfatizam a integridade, a efetividade, a prudência e a responsabilidade pública. O BRDE dispõe de políticas, planos, normas e procedimentos que orientam o gerenciamento dos riscos, proporcionando uma base normativa uniforme e coerente que assegura uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações; com a complexidade de suas atividades, processos e sistemas; e com a dimensão de sua exposição ao risco. Tais processos estão inseridos na estrutura de gerenciamento de riscos, coordenada por área específica, apartada das unidades de negócio e de suporte, subordinada ao diretor responsável pelo gerenciamento de risco (CRO), e supervisionada por comitê interno específico vinculado ao Conselho de Administração e composto por membros externos à instituição.

O Banco Central do Brasil estabelece que as instituições financeiras possuam um patrimônio de referência suficiente para fazer face aos riscos a que estão expostas, em função das atividades por elas desenvolvidas. Os ativos ponderados por risco (RWA, da sigla em inglês para *Risk Weighted Assets*) são a medida da necessidade de patrimônio mínimo das instituições financeiras para fazer frente aos riscos associados a suas atividades. No período ora reportado, o BRDE cumpriu os requisitos de capital previstos na legislação em vigor.

O BRDE não recebe depósitos e nem conta com fundos de natureza fiscal ou parafiscal. No fechamento do período ora reportado também não possui operações de captação de recursos no mercado. Desta forma, seu capital é composto exclusivamente pelo capital social e pelas reservas de capital acumuladas. O BRDE mantém ainda plano trienal de contingência de capital, identificando as ações a serem consideradas em possíveis cenários de crise de capital, com a definição da governança necessária para o reestabelecimento dos padrões adequados. Os procedimentos de gestão de capital incluem a análise mensal pela área gerenciamento de riscos e apreciação periódica pelos comitês de riscos, de gestão, e de auditoria, bem como pela Diretoria e Conselho de Administração. O constante monitoramento da adequabilidade de capital, através dos controles supracitados, visa antever a possibilidade de ocorrência de eventos de contingência, possibilitando ações corretivas e mitigadoras, de acordo com o Plano de Contingência de Capital.

22. CAPITAL REGULAMENTAR E EXIGÊNCIA DE CAPITAL

De acordo com os critérios estabelecidos nas Resoluções CMN no 4.192/2013 e 4.193/2013, e demais normas complementares, apresentamos os valores do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco e o Índice de Basileia, na data de 30 de junho.

	30/06/2020	30/06/2019 (reapresentação)
Patrimônio de Referência	2.954.833	2.770.586
Total de ativos ponderados por risco (RWA)	15.868.714	15.643.279
Risco de Crédito - RWACPAD	14.603.039	14.337.834
Risco de Mercado - RWAMPAD	2.528	4.920
Risco Operacional - RWAOPAD	1.263.147	1.300.525
Índice de Basileia	18,62	17,60

23. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Em cumprimento ao art. 17 da Circular 3.959 apresentamos 3 cenários para os testes de sensibilidade. Para definição destes cenários, consideramos o atual momento da economia, impactado pela pandemia causada pela COVID-19, a expectativa de recuperação ao longo de 2020 e 2021 e efeito que pode ocorrer nos principais itens de balanço:

- ➔ Qualidade da carteira de crédito – aumento da PCLD: no principal item do balanço do BRDE foram elaborados, pela área responsável, cenários de migração da provisão considerando o porte das empresas, suas áreas de atuação, possíveis recuperações e o seu efeito no resultado.
- ➔ Resultado da intermediação financeira: considerando uma redução entre a disponibilidade de *funding* e a procura por crédito;
- ➔ Receita financeira: os cenários foram definidos mantendo o rendimento do CDI ou apresentando uma variação de 1 ponto percentual para cima ou para baixo;
- ➔ Provisão para contingências: possível aumento visto o momento de incertezas que a economia se encontra;
- ➔ Créditos tributários: impacto resultante da movimentação ocorrida nos itens e cenários acima descritos;

O quadro a seguir apresenta os indicadores utilizados em cada cenário e o seu efeito no resultado

Cenários	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Item sensibilizado	Qualidade da carteira de crédito – aumento da PCLD		
Premissa	Piora de 10%	Piora de 20%	Piora de 30%
Efeito no resultado	(37.233)	(74.466)	(111.699)
Item sensibilizado	Resultado bruto da intermediação financeira		
Premissa	Redução de 5%	Redução de 10%	Redução de 15%
Efeito no resultado	(13.571)	(27.143)	(40.714)
Item sensibilizado	Resultado de receita financeira		
Premissa	CDI -1%a.a.	CDI	CDI +1%a.a.
Efeito no resultado	28.003	39.685	51.310
Item sensibilizado	Aumento da provisão para contingências		
Premissa	Piora de 5%	Piora de 10%	Piora de 15%
Efeito no resultado	(5.210)	(10.420)	(15.630)
Item sensibilizado	Impacto nos créditos tributários		
Premissa	Aumento de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
Efeito no resultado	16.613	33.226	49.839

DIRETORIA

Diretor-Presidente e Diretor de Planejamento

LUIZ CORRÊA NORONHA

Vice-Presidente e
Diretor de Operações

WILSON BLEY LIPSKI

Diretor de Acompanhamento e
Recuperação de Créditos

VLADIMIR ARTHUR FEY

Diretor Financeiro

MARCELO HAENDCHEN DUTRA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BORGES DA SILVEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

LUIZ CORRÊA NORONHA

Conselheiros

VALMOR WEISS

WAGNER CARLOS AICHNER

JULIANA BALDESSAR WEBER BECKER

WAGNER MARCOS SALAI

RAFFAELE MARSIAJ QUINTO DI CAMELI

MARCO VINICIUS AGUIRRE GOUVÊA

FABIANO MEASSI

Contador Geral – CRCRS – 70.237/O-6



Relatório do Auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos

Controladores e aos Diretores do

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do conglomerado prudencial do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 às referidas demonstrações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, incluindo a Resolução nº 4.720 do Conselho Monetário Nacional e a Circular nº 3.959 do Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, nesta mesma data.

Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA) e do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) e do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Circular 3.959 do BACEN e Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - "Demonstração do Valor Adicionado", respectivamente. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente e do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Circular e nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Dario Ramos da Cunha
Contador CRC-1SP214144/O-1

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA Período findo em 30.06.2020

INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, constituído em 22 de junho de 2016, sendo suas atividades definidas pela Lei nº 13.303/2016 nos termos da Resolução do CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, no Regimento Administrativo da Instituição e em regulamento próprio. As informações constantes deste relatório são as requeridas pelas normas supracitadas que estabelecem que o Comitê de Auditoria deve elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro, documento denominado relatório do comitê de auditoria. Durante o 1º semestre de 2020, o Comitê reuniu-se três vezes, registrando a posse dos novos integrantes, o Sr. Alex Mussoi Ribeiro e a Sra. Lauren de Vargas Momback, após aprovação do Banco Central do Brasil, nas datas de 28.02.2020 e 23.03.2020, respectivamente. E exercidas as atribuições regulamentares, foram analisadas as demonstrações contábeis da data-base de 30.06.2020, e examinados e aprovados o Relatório do Comitê de Auditoria relativo às atividades desenvolvidas no período, e o resumo abaixo:

I - AUDITORIA INTERNA

O Comitê avaliou as atividades da Auditoria Interna, atestando a efetividade e adequação dos procedimentos e do cumprimento de dispositivos legais e normativos internos e externos aplicáveis ao BRDE. Bem como, acompanhou a evolução do atendimento, pelas áreas gestoras, das recomendações emitidas pela AUDIN, pela auditoria independente e pelos órgãos de supervisão e fiscalização, objetivando a mitigação dos riscos identificados.

II - SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

O Comitê avaliou as atividades da Superintendência de Gestão de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, atestando a efetividade dos sistemas de controle interno da Instituição no cumprimento dos dispositivos legais.

III - AUDITORIA INDEPENDENTE

O Comitê avaliou como satisfatória a qualidade e o detalhamento das informações fornecidas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sobre as demonstrações financeiras do BRDE e demais relatórios obrigatórios e/ou contratuais, não tendo sido constatadas situações que possam prejudicar a independência dos auditores.

IV - SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA

Em atendimento às atribuições de revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, o Comitê de Auditoria apreciou os seguintes documentos: as Demonstrações Financeiras; as Demonstrações Financeiras Consolidadas – Conglomerado Prudencial; Relatório da Administração (mensagem da Diretoria); Relatório dos Auditores Independentes, referentes à data-base de 30 de junho de 2020. Com base nas atividades desenvolvidas, não identificando descumprimento das normas, ato ou omissão por parte dos administradores do BRDE que indicasse a existência de fraudes, falhas ou erros que coloquem em risco a fidedignidade das demonstrações financeiras concluímos que as demonstrações financeiras do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE foram elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, entendendo que as referidas demonstrações financeiras, são adequadas, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

CONCLUSÃO: Diante disso, o Comitê de Auditoria, ponderadas as suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, não observou situações nas quais existam divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras do BRDE pertinentes à data-base de 30 de junho de 2020.



Documento assinado digitalmente
Alex Mussoi Ribeiro
Data: 24/08/2020 21:28:38-0300
CPF: 945.132.950-15

ALEX MUSSOI RIBEIRO
Coordenador do Comitê de Auditoria
Representante do Estado de SC

Porto Alegre, 24 de agosto de 2020.

LAUREN DE VARGAS MOMBACK92280382091

LAUREN DE VARGAS MOMBACK
Membro do Comitê de Auditoria
Representante do Estado do RS